



V JORNADAS DE ECONOMÍA CRÍTICA

LA CRISIS GLOBAL COMO CRISIS DEL
PENSAMIENTO ECONÓMICO

O ESTADO EN GRAMSCI O E NOVO DESENVOLVIMENTISMO ARGENTINO

IDERLEY COLOMBINI NETO

23, 24 Y 25 DE AGOSTO DE 2012 - FACULTAD DE CIENCIAS ECONÓMICAS
UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES
CIUDAD AUTÓNOMA DE BUENOS AIRES | ARGENTINA

O Estado em Gramsci e o Novo Desenvolvimentismo Argentino

Iderley Colombini Neto¹

Resumo

O presente artigo busca analisar a partir da noção do Estado em Gramsci a formação do novo-desenvolvimentismo na Argentina como fruto de um processo que depende principalmente da extensão e das circunstâncias do ambiente externo, da formação das coalizões econômicas e políticas para as mudanças e das capacidades de transformação estrutural da economia. Dentro da abordagem gramsciana terá destaque o conceito de revolução passiva, que tenta explorar o processo complexo da relação Estado e Mercado no sistema interestatal capitalista moderno. O novo-desenvolvimentismo argentino entendido aqui não é visto como uma atitude isolada do 'kirchnerismo' como enfatizado pelas abordagens com enfoque 'nacional metodológico', mas como um processo da junção do ambiente argentino com a nova reestruturação pós-crise neoliberal. Assim, através da noção de revolução passiva se buscará entender de que forma as alterações nas relações sociais de produção mundial irão alterar os modelos político-econômicos da Argentina para formar o que atualmente tem-se denominado de Novo-Desenvolvimentismo.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ). O autor agradece as sugestões do Professor Carlos Aguiar de Medeiros. Assim como o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Email: iderley_colombini@hotmail.com

Introdução

No começo dos anos 2000 muitos analistas tem identificado um novo padrão de desenvolvimento para os países latinos. Após a fase neoliberal, dos anos 1980-90, muitos países em desenvolvimento passaram a apresentar um modelo com uma participação muito mais ativa do Estado, em que não só políticas macroeconômicas de desenvolvimento como aspectos sociais e de distribuição de renda obtiveram um peso maior.

A Argentina apresenta um caso claro desse processo, sendo denominado por diversos autores de Novo-Desenvolvimentismo Argentino. Apesar de esses novos modelos políticos econômicos terem sido amplamente debatidos, grande parte dessas análises possuem abordagens baseadas no "nacionalismo metodológico", que negligenciam o complexo papel desempenhado pelo Estado na economia capitalista mundial, não analisando as influências das relações interestatais para as trajetórias de desenvolvimento. Além desse enfoque 'nacionalista', acabam por compreender a esfera política dissociada da economia, o que leva o estado a ser entendido como um ser autônomo (de forma semelhante ao 'individualismo' na abordagem neoclássica), o qual não possui conflitos de classes ou disputas dos setores econômicos dominantes pelo poder estatal e internacional.

Por isso tentaremos incorporar nesse trabalho uma noção da relação entre política e economia como uma relação de duas esferas pertencentes a uma mesma unicidade, sendo esta o sistema capitalista interestatal. Dessa forma, a partir da perspectiva do Estado como entendido por Antonio Gramsci objetiva-se investigar como as relações entre Estado, as classes sociais e os interesses econômicos privados foram estruturados e evoluíram na formação e trajetória do desenvolvimento argentino atual. Assim, dentro dessa abordagem se buscará entender de que forma as alterações nas relações sociais de produção mundial irão alterar os modelos político-econômicos da Argentina para formar o que atualmente tem-se denominado de Novo-Desenvolvimentismo.

Na próxima seção buscaremos analisar de que maneira a política se relaciona com a economia na concepção gramsciana, explorando principalmente o conceito de revolução passiva, que busca compreender as complexas relações do Estado com o mercado no sistema interestatal moderno. Na segunda seção tenta-se estabelecer uma breve descrição histórica da trajetória de desenvolvimento recente na Argentina em relação ao contexto mundial. Na terceira seção buscaremos ressaltar como o novo desenvolvimentismo argentino pode ser entendido como uma manifestação de uma revolução passiva contemporânea.

A Concepção de Estado em Gramsci e o Conceito de Revolução Passiva

Apesar de grande parte das análises sobre o novo-desenvolvimentismo explicarem a intenção relativa dos Estados nesse modelo político econômico, elas possuem uma análise extremamente focada no papel do Estado em gerar o desenvolvimento e o tão sonhado crescimento com distribuição de renda. Desta forma, desconsideram os próprios limites colocados às políticas governamentais, que ditam não só as relações do país com outros países, mas também os conflitos de classe internos e como consequência os setores econômicos dominantes. A grande maioria das interpretações sobre o desenvolvimento econômico recente, principalmente as atreladas ao mainstream ortodoxo (mas também presente em muitas abordagens heterodoxas), entendem esse processo como oriundo basicamente das políticas governamentais. Baseados no 'nacionalismo metodológico'² apresentam o Estado como o grande determinante do sucesso econômico.

As análises com um viés mais ortodoxo irão argumentar quanto à capacidade do Estado criar as instituições necessárias para a proliferação dos mecanismos de mercado, enquanto as heterodoxas analisam a estrutura de alocação dos gastos governamentais como ponto fundamental para buscar o crescimento e a diminuição do desemprego.

As abordagens ortodoxas sobre o desenvolvimento se concentraram nas abordagens institucionalistas (ou neoinstitucionalistas), que veem o subdesenvolvimento como um fracasso em obter instituições corretas para o progresso. Dentro dessa abordagem o desenvolvimento estaria atrelado ao pleno amadurecimento das instituições que garantissem a prevalência do mercado, já que as forças produtivas guiadas pelo mercado levariam ao desenvolvimento. Em contrapartida, as análises com viés mais heterodoxo (de modo geral), apontam para a necessidade de intervenção mesmo com a soberania das instituições do mercado, pois ainda estaria suscetível a problemas de demanda efetiva e de disputa com o mercado internacional. Por isso nesse desenvolvimentismo 'keynesiano' (e de certa forma também 'neoricardiano' como o caso atual argentino) o Estado teria o papel não só de suprir essas falhas alocativas como também de fomentar o mercado interno e de promover uma maior distribuição de renda (ou de consumo?), entretanto sem se perguntarem por que esses Estados realizam ou não o que normativamente se considera que deva ser feito para alcançar o desenvolvimento. A ausência dessa pergunta se deve ao modo como eles entendem a relação entre o mercado e o Estado, tanto para os processos internos quanto internacionais.

As análises com essas abordagens com caráter estritamente 'nacional metodológica' negligenciam o complexo papel desempenhado pelo estado na economia capitalista, não

² Um tratamento mais aprofundado do 'nacionalismo metodológico' é realizado por Medeiros (2010a, 2010b). Esses trabalhos apresentam como as múltiplas relações do Estado irão caracterizar a trajetória econômica seguida por esses.

analisando as influências das próprias características econômicas e sociais do país nas instituições que regem o mercado. Por isso, acabam por compreender o estado como um ser autônomo (de forma semelhante ao 'individualismo' na abordagem neoclássica), o qual não possui conflitos de classes ou disputas dos setores econômicos dominantes pelo poder estatal. O que leva, por exemplo, a não identificar o Estado inserido em um sistema internacional, possuindo uma complexa dinâmica de poder atrelada às relações econômicas. A importância de entender o Estado no panorama internacional não se refere somente aos aspectos mercantis, mas principalmente aos próprios desdobramentos da inserção do Estado no sistema capitalista interestatal com uma complexa relação geopolítica. De maneira semelhante a que o indivíduo não deve ser tratado de forma autonomizada no mercado, o Estado deve ser entendido tanto a partir de uma estrutura de classes internas quanto de um sistema internacional.

A partir da perspectiva do Estado como entendido por Gramsci objetiva-se investigar como as relações entre Estado, as classes sociais e os interesses econômicos privados são estruturados e evoluem na formação e trajetória do desenvolvimento, por isso a importância de compreender melhor os conceitos desenvolvidos por Gramsci, principalmente no que compete a esfera internacional.

A reformulação do materialismo histórico que foi empreendido por Gramsci envolve construir uma concepção alternativa do estado, como enfatizado por Adam Morton em *'Unravelling Gramsci: Hegemony and passive revolution in the global economy'*. Gramsci atenta para o erro comum nas Ciências Políticas de considerar o conceito de Estado somente como sociedade política (os aparatos coercitivos do estado em moldar a massa popular em acordo com o tipo de produção e economia em um dado momento), sem atentar para a balança entre a sociedade política e a sociedade civil (exercida através das chamadas organizações privadas, igreja, sindicatos, escolas, universidades etc.). Essa concepção criticada vê no estado um indivíduo autônomo, como uma abstração do organismo coletivo que adquire vida autossuficiente para se mover com sua própria vontade. Em contraste, o Estado é visto por Gramsci como uma forma de relação social, em que se podem fazer distinções metodológicas entre o conjunto de organismos privados na sociedade civil e aqueles do estado ou da sociedade política (Morton, 2007). Por sua vez, essas duas esferas correspondem respectivamente à função de 'hegemonia' e de 'dominação direta', ou seja, através dos organismos privados da sociedade civil se exerce a hegemonia no sistema capitalista, a qual pode estar (mas não necessariamente) relacionada com a dominação direta exercida pela sociedade política.

Estendendo a discussão sobre o Estado, Gramsci cria o conceito de estado integral para se colocar contra a divisão de poder incorporado na concepção liberal de política, em que o estado simplesmente se refere ao aparato representativo do governo. Dentro de uma concepção historicista da economia crítica, qualquer representação individualizada do estado é

meramente metafórica. O Estado foi distinguido como combinações determinadas historicamente de grupos verticais e estratificações horizontais, envolvendo a coexistência de culturas diferentes unidas pela coerção e pela consciência ou consentimento moral. Portanto, o estado não é agnóstico e o conjunto de classes que o constitui tem uma atividade formativa na economia e na sociedade, assim Gramsci destaca que 'não se pode falar de poder do estado, mas somente da camuflagem do poder' (Morton, 2007), através da hegemonia na sociedade. Logo, o próprio estabelecimento dos grupos orgânicos dentro da sociedade civil em relação com a sociedade política formará uma relação social de hegemonia.

Várias formas de difusão e de ação direta e indireta podem ser vistas como exercício de relação de classe hegemônica. Hegemonia dentro da esfera da sociedade civil é compreendida quando os cidadãos passam a acreditar que a autoridade sobre a suas vidas emana deles mesmos. Hegemonia é articulada através de capilaridades do poder, sendo transmitida organicamente através de 'infusões sociais', como escolas, nomes de ruas, arquitetura, família, espaços de trabalho, igreja, etc. Gramsci irá indicar como essas esferas subjetivas se inter-relacionam por momentos dentro das relações de força, destacando a relação da força social da produção, a relação da força política e a relação da força militar. Para Gramsci o exercício normal da hegemonia é caracterizado pela combinação de força e consentimento, sem um predomínio excessivo da força sobre o consentimento.

A hegemonia será marcada, portanto, pela passagem decisiva da estrutura para a esfera complexa da superestrutura. Gramsci irá capturar a relação dialética entre estrutura econômica e superestrutura ideológica, através da concepção da noção de bloco histórico. A divisão marxista tradicional entre estrutura econômica e superestrutura ideológica será fundamentalmente reconstruída. Para Gramsci o desenvolvimento inter-relacional e recíproco da estrutura e da superestrutura foi encapsulado dentro do conceito de bloco histórico. O complexo, contraditório e discordante conjunto de superestruturas são o reflexo das relações sociais de produção. Segundo Morton a inovação teórica de Gramsci foi que enquanto a estrutura econômica poderia colocar certos limites, também reconheceu que os fatores da superestrutura têm certo grau de autonomia. Assim existe uma reciprocidade necessária entre as relações sociais de produção e as ideias dentro da esfera das relações sociais do estado civil, que foi representado pelo conceito de bloco histórico.

As relações de produção não podem garantir a manutenção do poder social sem articular ideias de apoio que dão forma para a estrutura econômica, *'it is on the level of ideologies that men become conscious of conflicts into the world of the economy'* (Gramsci, 1971). A existência da hegemonia é, portanto necessária para a emergência do bloco histórico. Somente quando a hegemonia é estabelecida por um grupo social através do domínio das relações sociais do estado-civil pode representar o desenvolvimento completo do bloco histórico. Entretanto a

relação entre hegemonia e bloco não é direta, mas constantemente construída, contestada e nunca uma simples reflexão estática de uma aliança das forças de classes sociais.

Dada a complexidade das relações da hegemonia é importante salientar que enquanto a formação de um bloco histórico é situada em nível nacional, a hegemonia pode se manifestar como um fenômeno internacional através da expansão em escala mundial de um modo particular de produção. *"Every relationship of hegemony is necessarily an educational relationship and occurs not only within a nation, between the various forces that comprises it, but in the entire international and world field, between complexes of national and continental civilizations (Gramsci, 1995)."* Entretanto, isso não significa a falta de importância do nacional no desenvolvimento das relações, ao contrário uma intermediação dialética que parte do hegemônico. Gramsci colocando a questão nacional como ponto de partida nodal (Jessop, 2006) possibilita analisar o concreto desenvolvimento das relações sociais de produção e de relacionamento entre política e economia, o que é inserido na luta pela hegemonia dentro do estado, enquanto também reconhece que a perspectiva é internacional e não pode ser de outra forma.

Ao criar conceitos diferentes que servem para discernir a diferença entre o caráter hegemônico internacional do nacional, acaba por criar, quase que por indução, a noção de uma mudança adversa ao caráter local. A distinção entre processos nacionais e internacionais de hegemonia leva a possibilidade de alteração na estrutura nacional 'guiada' pelas relações de produção internacional, ao que Gramsci denominará de revolução passiva. Portanto, será uma situação em que as modificações na estrutura econômica do país são realizadas em uma situação de dominação sem o líder (ditadura sem hegemonia, como denomina Gramsci). Isso pode ser porque o ímpeto do progresso não é ligado a um vasto desenvolvimento econômico local, mas em oposição a um reflexo do desenvolvimento internacional que transmite sua ideologia corrente para a periferia – corrente nascida do desenvolvimento produtivo dos países mais avançados (Gramsci, 1971).

Just as, in a certain sense, in a given state history is the history of the ruling classes, so, on a world scale, history is the history of the hegemonic states. The history of the subaltern states is explained by the history of the hegemonic states (Gramsci, 1995)."

A revolução passiva pode ser entendida, portanto, como uma teoria da sobrevivência e reorganização da identidade do Estado através da qual as relações sociais são reproduzidas em novas formas consonantes com as relações de propriedade capitalista internacionais. Obviamente essa mudança a reboque não ocorre de forma direta, mas através de um processo dialético em que a origem das mudanças nas relações políticas econômicas não é oriunda de processos internos, mas sim das mudanças advindas da estrutura internacional. A revolução

passiva não significa que o caráter local não terá participação na reformulação da relação entre Estado e Mercado, ao contrário, será exatamente o aspecto nacional que intermediará a *forma* de ocorrência da mudança vinda da hegemonia externa.

Alterações na relação de produção internacional colocarão novos conflitos aos Estados Nacionais, que através dos seus conflitos de classe internos irão interagir com a nova relação interestatal. Tendo sempre como partida a estrutura hegemônica nacional, essa nova remodelação dada pela revolução passiva será correlacionada com as antigas estruturas das relações de produção internas. Portanto, o termo revolução passiva é um conceito junção que revela continuidades e mudanças dentro da ordem do capital. Desta maneira a revolução passiva indica a existência de mudanças profundas nas relações de produção, mas que por não se originarem de modo autônomo dentro do Estado ficam suscetíveis aos antigos padrões internos. Ou seja, a estrutura hegemônica nacional já estabelecida se tornará a 'representante' dessas novas modificações nas relações sociais de produção.

Logo o caráter passivo está na questão da revolução com intervenção do Estado (integral), ou seja, na inclusão (e exclusão) de novos grupos sociais dentro da hegemonia do poder sem provocar qualquer expansão do controle político pelas massas produtoras. O que desencadeia um processo de mudanças sem atender aos interesses mais profundos das classes subordinadas.

"This entailed analyzing organic and conjunctural historical movements that were dealt with by the same concepts, so that 'relations with society' (involving the development of productive forces, the level of coercion, or relations between political parties) that constitute 'hegemonic system within the state', were inextricably linked to 'relations between international forces' (involving the requisites of great powers, sovereignty and independence) that constitute 'the combinations of states in hegemonic system' (Gramsci, 1971)."

Essa breve exposição do conceito de revolução passiva exposto por Gramsci possibilita analisar simultaneamente a importância do sistema interestatal e das relações das classes sociais na constituição e reprodução do capitalismo. Desta forma a teoria da revolução passiva fornece um método de análise que combina a estrutura geopolítica com as relações de produção capitalista, as quais irão moldar os processos de formação do Estado. A análise materialista histórica permite, portanto, incorporar as questões geopolíticas nas trajetórias de desenvolvimento econômico dos Estados, já que o sistema de estados geopolítico está internamente relacionado às relações capitalistas de produção. Este método possibilita, inclusive, uma apreciação da espacialidade nodal do capitalismo ou de como diferentes escalas entre localidades relacionam-se de forma diferenciada ao longo do tempo sob condições de desenvolvimento desigual (Agnew, 2003).

A esfera internacional pode ser compreendida de forma semelhante à esfera nacional, com seus mecanismos de competição que levam a criação de hierarquias e processos discriminantes de apropriação. Essa questão fica muito clara quando Gramsci analisa a formação do Estado Italiano, salientando a grande questão da desigualdade Norte-Sul, tanto do ponto de vista externo quanto interno. Assim a dinâmica das relações sociais de produção ao se revolucionarem através de suas estruturas hegemônicas criam desenvolvimentos desiguais, tanto mundialmente quanto dentro dos Estados Nações.

A estrutura das relações entre os Estados, assim como entre os grupos internos, passam a ter papel decisivo na trajetória de desenvolvimento. Países ou grupos distintos ao realizarem políticas semelhantes para alcançarem o desenvolvimento possuem níveis de sucesso diferentes, que não necessariamente se devem a sua 'capacidade', mas a própria *forma* de inserção desse Estado ou grupo dentro da estrutura da relação de produção. Portanto, "na esfera internacional, a competição, a luta para adquirir propriedade privada e nacional, cria as mesmas hierarquias e o mesmo sistema de escravidão que são vistos na esfera nacional" (GRAMSCI, 1977).

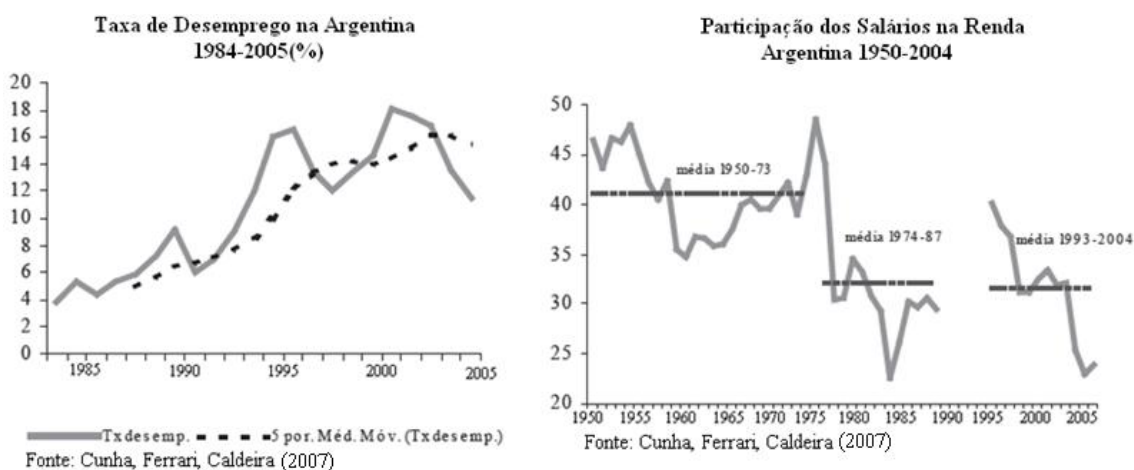
A incorporação de todas estas relações para o estudo do desenvolvimento é muito complexo. Por isso a análise histórica tendo como perspectiva a abordagem construída a cima se torna fundamental para poder mensurar até que ponto uma trajetória de desenvolvimento ocorrer por um processo de revolução passiva. Através da narrativa histórica do período recente argentino pretende-se apresentar como se formou determinadas coalizões de interesses favoráveis à determinada estratégia econômica e como foi possível obter determinada coesão social que culminasse no novo desenvolvimentismo argentino.

O Novo Desenvolvimentismo e o caso argentino

No começo desse novo milênio ocorreram grandes mudanças no sistema econômico mundial. As principais alterações podem ser destacadas por quatro traços principais: um aumento substancial do preço das *commodities*, baixa taxa de juros média, crescimento do comércio internacional e principalmente uma expansão contínua (altas taxas já na década de 80) da produção de mercadorias industriais na Ásia. A incorporação definitiva da China como uma das grandes potências industriais teve um grande destaque. Essas circunstâncias propiciaram um momento único para vários países periféricos, como foi o caso dos países latinos americanos, que puderam obter um raro crescimento econômico com equilíbrio na balança de pagamentos. Dado essa maior estabilidade econômica e relativa autonomia puderam realizar políticas com um viés mais 'keynesiano' ao invés das políticas ortodoxas que

marcaram o período neoliberal. Por isso essa última década foi caracterizada como novo desenvolvimentismo.

A política econômica argentina atual reúne muitos elementos que a caracterizam claramente dentro desse novo desenvolvimentismo. A fase política econômica atual da Argentina sucedeu um ambiente de completa devastação do seu sistema econômico. Nenhuma outra crise anterior teve implicações tão graves no que tange: ao confisco de depósitos bancários, paralisação dos pagamentos da dívida, massificação do desemprego, explosão da pobreza e demolição da indústria nacional como foi observado durante a crise de 2001. A Argentina apresentava em 1980 níveis de pobreza de 7% da população, de acordo com a CEPAL, e de indigência de 2%; enquanto no ano de 2002 estes níveis foram para 45% e 21% respectivamente.



Entretanto o sistema econômico e social será reconstruído a partir de 2003 com o governo de Nestor Kirchner. Esse irá recompor a autoridade do Estado e promover a recuperação do país. Vale salientar o papel do então ministro da economia Lavagna (2002 a 2005) de não seguir as recomendações do FMI de estabilização da economia, como políticas de aperto monetário e fiscal para contornar o risco inflacionário. A Argentina se encontrava em um momento de forte apelo social com paralisação da indústria, mas com um forte crescimento da agricultura devido ao aumento continuado do preço das commodities. Assim, com uma grande capacidade ociosa da indústria e uma balança comercial extremamente confortável, foi possível realizar uma expansão monetária e uma forte desvalorização sem grandes impactos inflacionários. Dessa maneira, conseguiu rapidamente restabelecer a economia argentina com a reconstrução do poder das classes dominantes e concedendo as melhorias sociais e democráticas para os grandes levantes da crise de 2001.

Logo em 2006 já foi possível observar grandes melhorias pelos indicadores econômicos e sociais. O crescimento do PIB desde 2003 tem apresentado taxas próximas de 8%, com juros anuais entre 8% e 11% em 2006 (comparados aos próximos de 40% em 2003). O desemprego

que atingia cerca de 30% dos trabalhadores logo antes da crise de 2001 passou para 10% em 2006. Esta rápida melhora foi possível com o nítido fortalecimento do Estado e com um distanciamento dos principais pontos de sustentação do neoliberalismo. Assim o governo não deu continuidade ao processo de privatização, impôs maiores controles à abertura comercial com uma diminuição da desregulamentação do trabalho. Essas medidas foram implementadas com a continuação de políticas sociais e distributivas, concentradas no programa '*para todos*', o qual garante níveis mínimos de consumo para os argentinos.

Os governos dos Kirchners possuem um forte discurso industrialista, entretanto não realizam fortes políticas de promoção da indústria como foi realizado no pós-guerra com as políticas de substituição de importação (PSI). A abertura financeira e comercial impulsionou uma nova situação, que como já citado, possibilitou o crescimento da economia com um equilíbrio na balança, tendo a agricultura como carro chefe. O processo de privatização e abertura comercial levou a economia argentina a ter três quartos de sua indústria em empresas estrangeiras, assim como depender da entrada de fluxo de capitais para promover a economia. O processo de entrada de empresas estrangeiras ocorreu massivamente na década de noventa, com a instalação de multinacionais e com a privatização das empresas estatais. Mas esse processo também teve sua importância após 2003, com a destruição da indústria argentina e a forte desvalorização cambial aconteceu uma nova onda de entrada de empresas estrangeiras. Assim o governo acabou por desenvolver um papel muito mais de fomentador de atividades-chaves do que um grande interventor, retirando o seu papel de construção da indústria nacional para buscar o incentivo a algumas áreas estratégicas. Dessa forma, principalmente no período entre 2002-2007, as políticas governamentais obtiveram um enfoque agroindustrial, com uma aliança das grandes lideranças agrárias e do governo, buscando também uma promoção industrial.

A importância do setor agroexportador foi uma das grandes diferenças do novo-desenvolvimentismo argentino para o antigo modelo desenvolvimentista. O antigo modelo possuía um apelo absoluto para a construção da indústria nacional, através da substituição de importações. Na fase do pós-guerra os produtos primários apresentavam uma elasticidade de demanda desfavorável em comparação com os produtos industrializados, além de serem muito suscetíveis às variações do mercado mundial. Entretanto, o crescimento chinês possibilitou uma nova fase para a agricultura latina. O forte crescimento chinês (cerca de 10% ao ano) desde a década de 80 tem causado um aumento continuado nos preços das commodities. Nos últimos 15 anos o preço da soja, principal produto exportado pela Argentina, teve um aumento real de 100%.

O forte aumento nos preços das commodities irá causar uma extrema especialização Argentina na produção de soja, provocando uma grande mudança no campo argentino. Esta

oleaginosa substituiu o gado e os outros cereais, através de uma produção que dispensa os cuidados antigos com clima e fertilidade, já que esses são garantidos pelos altos investimentos, como enfatizado por Katz (2008). Diferentemente do trigo e da carne, a soja é um mono cultivo muito agressivo, que por ser geneticamente modificado não necessita rotação e acentua a erosão do solo. A agricultura argentina, como em toda a América Latina, passou por um intenso processo de mecanização e investimento em sua estruturação e ampliação. Esse processo levou a uma mudança na própria estrutura distributiva desse setor, que passou de uma grande concentração de terras para a concentração do capital, o que pode ser ilustrado pelo fato de apenas 10 firmas representar 75% de toda produção argentina.

A remodelação na estrutura agrária argentina terá fortes repercussões no próprio modelo econômico do país. Até 2007, quando o país ainda estava se reerguendo e recompondo seus níveis de rentabilidade, não havia um grande embate entre os ruralistas e o governo. Entretanto, essa relação se modificou quando de um lado o governo quis dar continuidade ao seu programa 'novo-desenvolvimentista' e de outro, os ruralistas expandirem seus ganhos e suas intervenções nas políticas do estado.

O governo com o projeto de promover maiores intervenções na indústria elaborou um plano de aumento dos impostos para a produção de soja exportada. O argumento do governo se concentrava no grande aumento dos preços desse produto e na necessidade de distribuição desses ganhos para a própria continuação das reformas no país. Mas esse processo não foi colocado adiante. Em 2008 ocorreu uma grande manifestação 'reacionária' marcada pelo choque dos agrários dos produtores de soja.

Durante os primeiros anos do seu mandato, Nestor Kirchner promoveu reformas políticas visando uma restauração do bipartidarismo e da autonomia do estado, bloqueando o surgimento de novas forças. Esse processo trouxe também um fortalecimento dos ruralistas, que tem readquirido sua posição de classe dominante, com a destruição da indústria e entraves ao setor financeiro. Desta forma este conflito terminou com uma derrota política do governo nas eleições de 2009, o que impediu qualquer intenção de avançar as metas industriais com uma redistribuição das rendas da soja. Situação essa que somente agrava a séria dificuldade argentina para aumentar os investimentos na indústria, dado os altos retornos da soja e a difícil competição com os produtos internacionais.

A dificuldade de implementação das políticas 'idealistas' dos modelos novo-desenvolvimentistas também pode ser vista com a volta do problema da dívida e da inflação. No final de 2009 ocorreu uma grande discussão econômica e política em torno do 'Fondo del Bicentenario', o qual se tratava da criação de um fundo especial para garantir o pagamento da dívida externa. Esse seria construído com as reservas do Banco Central mediante a um empréstimo com taxas de juros controladas, para reduzir a sobrecarga financeira no Tesouro. O

argumento da Presidente Cristina Kirchner se baseou na situação emergencial e particular da crise financeira mundial de 2008, que paralisou a economia mundial e diminuiu a arrecadação do país. Assim, ao invés de conseguir financiamento através de mais endividamento externo (com taxas de juros maiores), foi proposto um empréstimo concedido pelo Banco Central. Entretanto, as disputas internas do país, com um amplo apelo de constitucionalidade e no Congresso Nacional, barraram a criação desse fundo e a maior liberdade do governo para dar continuidade às políticas econômicas e sociais.

Outro problema econômico que tem assolado a Argentina é a volta das altas taxas de inflação. A discussão sobre os seus determinantes tem sido acalorada, com muitas opiniões diversas. A grande divergência de teorias e análises existentes sobre o processo inflacionário (principalmente sobre como combatê-lo) se deve basicamente aos profundos efeitos distributivos. As principais visões podem ser agrupadas entre inflação de custos e inflação de demanda. Essa ultima, entretanto é rapidamente rechaçada quando se analisa mais detalhadamente a estrutura produtiva e de preços da argentina.

Como mostrou Vernengo (2011) a capacidade utilizada da indústria argentina está longe de alcançar o seu limite, já que em 2011 atingiu apenas 80%. De 2003 a 2010 o PIB cresceu ao redor de 60%, enquanto o investimento no mesmo período foi de 147%, o que indica uma forte tendência de ajuste da economia ao crescimento da demanda. A argumentação da inflação de demanda apenas esconde o interesse de aumento dos juros pelos grupos financeiros e o forte fortalecimento dos grupos econômicos que impossibilitam políticas distributivas. O governo respondendo as fortes demandas sociais implanta vários programas distributivos e de aumento dos salários, mas que são logo contornados por aumentos de preços, o que torna estável (ou até com redução) o salário real. Os grupos capitalistas mais concentrados asseguram benefícios elevados, com remarcações que somente eles podem realizar. Essa inflação não possui qualquer viés distributivo ou fiscal, pelo contrário, somente garante o ganho da classe dominante que acaba por barrar qualquer intenção de crescimento pela demanda. Desta forma, fica clara a briga distributiva por traz da inflação, a qual ganha contornos mais dramáticos com as atitudes do governo de criar novos índices. Em 2007 o governo rejeitou o calculo anterior e passou a realizar um novo índice. Várias consultorias passaram a mensurar a variação de preços para confrontar com o governo, o que tem trazido altas divergências. Enquanto o governo divulga valores em torno de 8% ao ano, varias consultorias apresentam valores em cerca de 30% ao ano.

Essas dificuldades políticas mostram a fraqueza por traz do modelo econômico atual, que apesar do caráter desenvolvimentista e do fortalecimento do Estado fica muito dependente das flutuações e disponibilidades do mercado global dada a sua vulnerabilidade externa. A tão proclamada continuidade do crescimento com equilíbrio na balança de pagamentos não possui

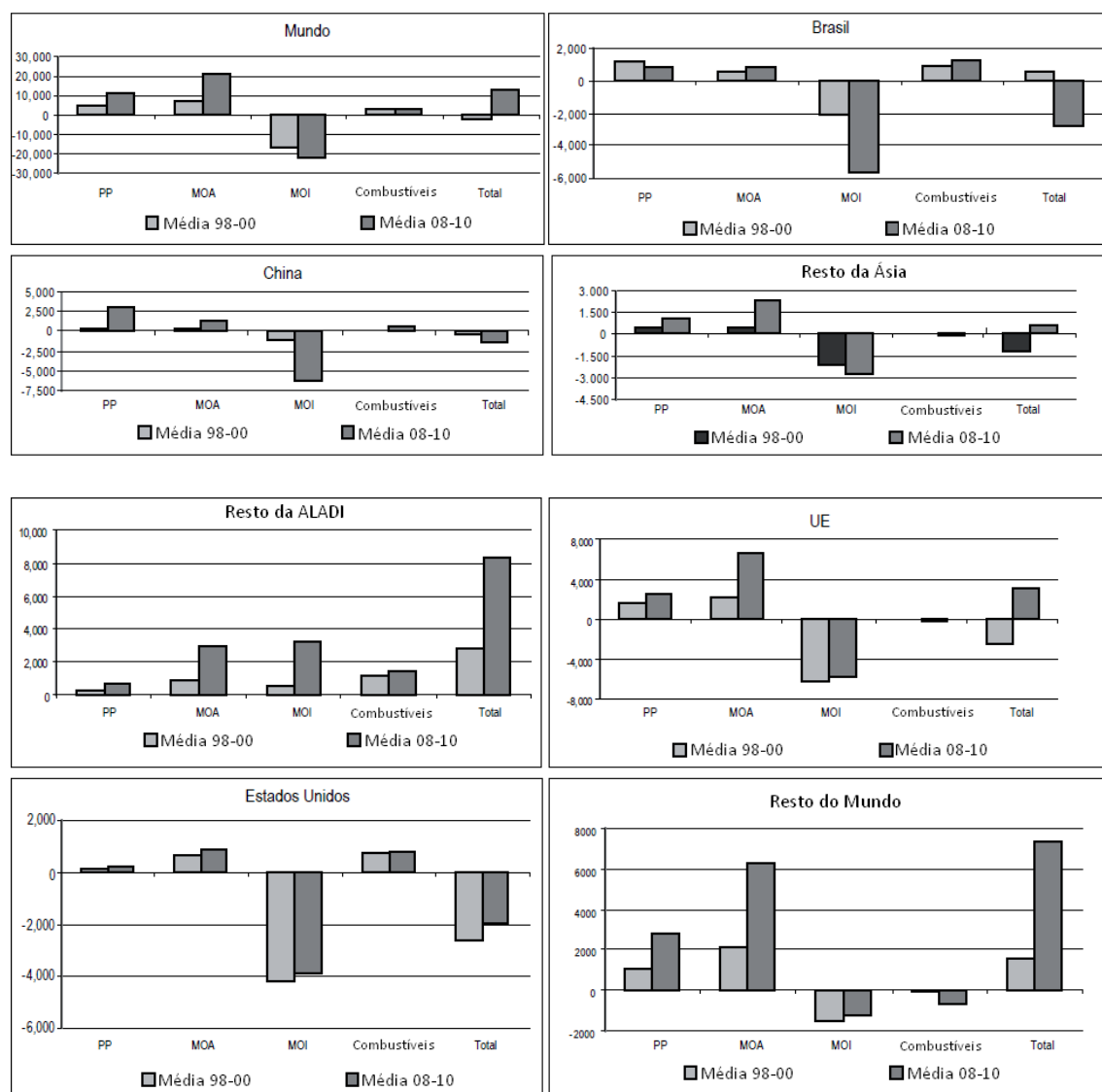
grandes méritos internos, mas sim do crescimento chinês e de um encadeamento cada vez maior com a produção dos países latinos, com destaque para o Brasil. A relevância da China tem sido cada vez mais decisória na inserção dos países após as crises financeiras neoliberais. Se por um lado trouxe a possibilidade de uma situação relativamente confortável mesmo em meio à grande crise de 2008, em outros aspectos já começa a mostrar os seus custos.

O acirramento das relações entre a Argentina e a China em 2010 já mostra claramente um novo quadro de relações interestatais. A China ameaçou cortar as importações da Argentina, se essa continuasse resistindo a realização de uma maior abertura as manufaturas fabricadas na Ásia. Esse processo apenas apresenta o interessante e complexo papel da esfera internacional nessa nova fase de desenvolvimento argentino.

Recentemente a Argentina realizou a nacionalização da YPF, sua companhia nacional de petróleo e gás, que o país vendeu para a empresa espanhola de petróleo Repsol por US\$ 15 bilhões em 1999, como parte de sua política de privatizações. A Argentina foi redondamente condenada por essa atitude 'nacionalista' — EUA, Espanha, México e até a Grã-Bretanha entraram no coro. A Argentina se defendeu com acusações à atuação da Repsol. A produção de petróleo e gás argentina decaiu na última década, a exploração de novas reservas foi interrompida e esse país rico em petróleo hoje importa o produto, enquanto a Repsol é acusada de saquear a empresa e trair suas obrigações. Entretanto, como foi diagnosticada por alguns analistas, a Repsol com o discurso de 'controles de preços absurdos' na Argentina estaria interessada em vender a YPF e finalmente teria encontrado um comprador: a companhia de petróleo estatal chinesa Sinopec. Essa possível mudança no controle da YPF levou (supostamente) o governo argentino à rapidamente confiscar 51% das ações da Repsol e garantir que a empresa petrolífera argentina voltasse a ser propriedade do governo.

Essa relação com a China representa apenas um dos muitos elementos do panorama internacional no novo momento da economia Argentina. Além da mudança no comércio internacional com a China, a Argentina apresentou uma nova relação com a América Latina, principalmente com o Brasil e com a União Europeia (UE), como é possível observar nas tabelas a baixo. Apesar do forte déficit no setor de manufaturas de origem industrial (MOI) com Brasil e China, o superávit de manufaturas de origem agropecuária e produtos primários com o resto da América Latina e a União Europeia garantem o superávit no saldo comercial como um todo.

Saldo Comercial por Grandes Itens e Parceiros em milhões de dólares (US\$)



Fonte: Centro de Economía Internacional (CEI) com base em INDEC.

Para entender a dinâmica do comércio internacional atual é importante ter em mente a nova configuração da divisão internacional dos processos de produção. Nas últimas décadas houve um crescimento da participação do comércio de manufaturas nos intercâmbios globais, em um processo de fragmentação da produção mundial que se traduziu no aumento do comércio intraindustrial. Primeiro entre os países desenvolvidos e entre esses e alguns países em desenvolvimento e mais recentemente entre os próprios países em desenvolvimento. Esta tendência, que se consolidou na década de noventa, significou concretamente que um mesmo produto cruza várias fronteiras, dado que as partes importadas se transformam em componentes exportados, que por sua vez, se transformam em bens intermediários em outro país para agregar valor e ser reexportado. Desta maneira as cifras do comércio, principalmente

referente à indústria, contabilizam varias vezes o valor do comércio agregado, como enfatizado pelo Centro de Economia Internacional ligado ao Ministério de Relações Exteriores da Argentina.

As altas cifras de exportação argentina de MOI escondem a sua real magnitude, já que a real procedência desses produtos é a relação multinacional entre as grandes corporações. Entretanto, esses números mostram de forma clara o grande aumento da ligação internacional da produção industrial argentina, que passou a ser muito conectada aos mercados globais. Através dos dados de contribuição dos parceiros comerciais nas exportações argentinas (tabela a baixo) é possível ver que essa conexão no que se refere a bens industriais é fundamentalmente com os países latinos, com amplo destaque para o Brasil. De forma análoga, a China e a União Europeia possuíram um peso muito forte para os produtos primários e para as MOA, respectivamente. Outra informação relevante para essa nova inserção internacional da economia argentina é a pequena importância do mercado norte-americano, que apresentou números significativos apenas em combustíveis.

Contribuição dos Principais Parceiros Comerciais no Crescimento das exportações Argentinas separado em Grandes Itens, 2008-2010.

	Produtos Primários	MOA	MOI	Combustíveis	Total
Brasil	1,8	2,7	37,4	13,9	15,5
China	37,1	8,0	0,7	15,0	11,9
Resto da ALADI	13,1	14,8	29,4	18,6	19,8
UE	14,2	30,6	9,3	0,6	17,3
Estados Unidos	0,5	1,3	4,9	14,7	3,6
Resto da Ásia	9,1	13,3	1,3	0,3	7,2
Resto do Mundo	24,3	29,2	17,0	37,0	24,7

Fonte: Centro de Economía Internacional (CEI) com base em INDEC.

O Novo-Desenvolvimentismo Argentino como Revolução Passiva

As alterações nas relações de comercio internacional da Argentina indicam como esse país esta se reinserindo na nova divisão do trabalho que se formou nas últimas décadas. A influência decisiva do mercado asiático e a desregulação e liberalização financeira posta em pauta pelo dólar americano formou um novo ambiente internacional, que irá ditar os novos

modelos políticos econômicos existentes. As alterações recentes na Argentina, tanto internas como externas, são de certa forma respostas a esses processos de mudanças. A formação de um governo mais intervencionista com um maior apelo social, que no entanto, convive de forma conflituosa com um fortalecimento crescente dos antigos grupos agrário-exportadores pode ser entendido como um reflexo do atual momento de maior disputa política e econômica internacional. Desta maneira o que faz este estado ser de certa forma desenvolvimentista não são somente as intenções gerais de alterar o modelo político econômico do país, mas a disponibilidade para serem implementados os instrumentos capazes de gerarem essas mudanças. É do estudo dessas disponibilidades que a importante (embora esquecida) pergunta sobre por que os Estados fazem (ou não) o que normativamente as análises consideram que deva ser feito em prol do desenvolvimento pode ser respondida.

Os primeiros anos desse século mostraram um espetacular recuperação da economia argentina. Para entender esse processo é importante ter em mente também as reformulações que ocorreram nas décadas anteriores. Marcado por um processo radical de introdução do neoliberalismo, que causou uma enorme fragmentação e ruína do setor industrial argentino. Entretanto, mesmo sem uma indústria nacional forte o país conseguiu em pouco mais de três anos se reerguer com uma trajetória histórica de crescimento com balança de pagamentos superavitária. Mas evidentemente essa trajetória não possui grandes méritos internos, sendo claramente um processo de revolução passiva, em que alterações na esfera hegemônica internacional são transferidas para as esferas nacionais específicas, o que acarreta na manutenção de antigos padrão político econômicos.

Enquanto os países do leste asiático, com destaque nessa última década para a China, puderam suportar um Estado com vastas políticas industrializantes com ênfase na alta tecnologia, gerando modificações mais profundas no país; os países latinos tiveram menos poder para alcançar mudanças estruturais mais profundas. Como foi mostrado no caso argentino, apesar das taxas de crescimento e da melhora da distribuição de renda, não houveram mudanças estruturais que impactassem na economia e na política.

Se analisarmos o setor que foi responsável pelas maiores mudanças esse processo fica evidente. A setor agroexportador argentino que até 2007 esteve na coalizão do governo Kirchner passou em 2008 a encabeçar uns dos grandes conflitos recentes da argentina, que envolve justamente as taxas de exportação de soja. Nas últimas décadas o campo argentino teve mudanças drásticas, não só pela introdução da soja de maneira radical, mas também pela forma como foi introduzida. A produção de soja argentina é muito atrelada ao setor externo, com grandes aportes do sistema financeiro internacional e das empresas multinacionais. Esse processo leva a uma grande entrada de capitais com alta concentração, o que acaba por aumentar a renda da terra e colocar os pequenos e médios proprietários na posição de rentista,

em outras palavras, os produtores menores não podem competir em custos com os grandes grupos, por isso são levados a abandonar a produção e arrendar o campo para alguma grande empresa capitalista. Esse setor em expansão e concentrado passa a ter um papel político crescente, como foi o caso na determinação da taxação das exportações.

Como foi retratado na seção sobre a abordagem gramsciana a estrutura das relações entre os Estados, assim como entre os grupos internos, passam a ter papel decisivo na trajetória de desenvolvimento. Países ou grupos distintos ao realizarem políticas semelhantes para alcançarem o desenvolvimento possuem níveis de sucesso diferentes, que não necessariamente se devem a sua 'capacidade', mas a própria *forma* de inserção desse Estado ou grupo dentro da estrutura da relação de produção. Portanto, na esfera internacional, a competição, a luta para adquirir propriedade privada e nacional, cria as mesmas hierarquias e o mesmo sistema que são vistos na esfera nacional.

Bibliografia

AGNEW, J. (2001). "Reinventing Geopolitics : Geographies of Modern Statehood." Heidelberg :University of Heidelberg.

AGNEW, J. 2003. "Geopolitics: Re-Visioning World Politics". 2nd ed. London: Routledge.

AMICO, F. (2010) "Eredados en las telarañas de la convertibilidad", grupolujan-circus.blogspot.com/search/label/Argentina, 21/02/2012

AMICO, F.; FIORITO, A. (2010) "Inflación: La Política en acción", grupolujan-circus.blogspot.com/search/label/Argentina, 21/02/2012

AMICO, F.; FIORITO, A. (2010) "El largo de la convertibilidad: Política fiscal e 'independencia' del BCRA"

CARDENAS, OCAMPO, J. A.; THORP, R. (2000) "An Economic History of Twentieth-Century Latin America". Vol. 3: Industrialization and the State, St Antony 's Series;

DAMIL, M.; FRENKEL, R.; RAPETTI, M. (2005) "The Argentinean Debt: History, Default and Restructuring", www.policyinnovations.org/ideas/policy_library/data/01289, 21/02/2012

EHRENBERG, J. (1999) "Civil Society, The Critical History of an Idea", New York University Press

FRENKEL, R. (2006) "Monetary and Exchange Rate Policies in Argentina after the Convertibility Regime", www.policyinnovations.org/ideas/policy_library/data/01285, 21/02/12

GALAFASSI, G. (2004) "Argentina: Neoliberalism, utilitarismo y crisis del Estado-nación capitalista", <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-26/argentina-neoliberalismo-utilitarismo-y-crisis-del-estado-nacion-capitalist>

GRAMSCI, A. (1971) "Selections from the Prison Notebooks", ed. and trans. Q. Hoare and G. Nowell-Smith. London: Lawrence & Wishart. Civilização Brasileira.

KATZ, C. (2010) "Los nuevos desequilibrios de la economía argentina", Buenos Aires, Anuario EDI, N. 5, septiembre 2010

KATZ, C. (2010) "Certezas e incógnitas de la política argentina", www.herramienta.com.ar/revista-web/herramienta-web-7, 21-01-2012

KATZ, C. (2008) "El Agro-Capitalismo de la Soja", www.lahaine.org/katz, 21-01-2012

- KUZNETS, S. (1989) "Driving Forces of Economic Growth: what can we learn from history?" in S. Kuznets, *Economic Development, the family, income distribution*, Cambridge University Press
- MEDEIROS, C. (2001) "Rivalidade Estatal, Instituições e Desenvolvimento Econômico", em Fiori, J.L., Medeiros, C.A, *Polarização Mundial e Crescimento*, Rio de Janeiro, Vozes 2001.
- MEDEIROS, C. (2008) "Financial Dependency and External Cycles in Latin América" JPKE.
- MEDEIROS, C. (2010 a) "Auge e Declínio dos Estados Desenvolvimentistas. Novos Desafios" *Parcerias Estratégicas*, Vol 15, N 30
- MEDEIROS, C. A. (2010 b). *Instituições e Desenvolvimento Econômico: uma nota crítica ao "nacionalismo metodológico"*. *Economia e Sociedade* (UNICAMP. Impresso), v. 19, p. 637-645, 2010.
- MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. (1999) "Padrões Monetários Internacionais e Crescimento", in FIORI, J.L. (org.) *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*, Rio de Janeiro, Vozes;
- MORTON, A. D. (2007). "Unravelling Gramsci: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political" *Economy*. London: Pluto;
- MORTON, A. D. (2010). "The Geopolitics of Passive Revolution". In: Alexander Anievas, ed., *Marxism and World Politics: Contesting Global Capitalism* London: Routledge. 221-36
- PALMA, G. (2007) "Four Sources of De-Industrialization and a New Concept of the Dutch Disease" in Jose Antonio Ocampo, *Beyond Reforms, Structural Dynamics and Macroeconomic Vulnerability*, Stanford University Press;
- PEREZ, C. (2006) "Dinamismo tecnológico e inclusión social em América Latina"
- VERNENGO, M (2011): "Más acerca de la propaganda negativa de FT sobre la argentina, grupolujan-circus.blogspot.com/search/label/Argentina, 21/02/2012